

Orçamento do Estado para 2018

SINTAP exige atualização salarial de 2,5%

São hoje vários os motivos que levam os trabalhadores da Administração Pública a poderem encarar o futuro com maior otimismo. A nossa insistência junto do Governo no sentido de desenvolver processos negociais tem conduzido à assinatura de compromissos sérios que, por sua vez, têm permitido resolver ou começar a resolver alguns dos problemas que nunca aceitámos que se tornassem crónicos no seio da nossa Administração.

Do outro lado, temos encontrado um Governo que, de algum modo, tem demonstrado abertura e boa vontade negocial, e que tem reconhecido a justiça das reivindicações dos trabalhadores.

A reposição integral dos salários, a reposição das 35 horas de trabalho semanal para a vasta maioria dos trabalhadores (continuamos a lutar para que esse horário seja também aplicado a todos os trabalhadores em regime de Contrato Individual de Trabalho), o fim da requalificação com a reintegração dos trabalhadores afetados por esse regime, a adoção de um modelo de ADSE que mantém este subsistema público, sustentável e tendencialmente mais inclusivo, são algumas das questões já resolvidas e que foram fruto de intensa luta, levada a cabo, sobretudo, à mesa das negociações, mas também, e sempre que necessário, com manifestações, vigílias, greves e outras ações que em cada momento considerámos serem as mais adequadas à defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores.

Devido à nossa persistência, estão também em curso processos de negociação que conduzirão, a médio prazo, ao descongelamento das progressões e promoções nas carreiras e à eliminação do trabalho precário na Administração Pública (sendo necessário iniciar rapidamente semelhante processo nas autarquias), matérias estas que se revestem de particular importância para a vasta maioria dos trabalhadores.

Porém, são ainda muitas as reivindicações que permanecem por atender no sentido de permitir que os trabalhadores da Administração Pública possam recuperar, não só o poder de compra que, paulatinamente, foram perdendo ao longo de uma década, como também recuperarem a dignidade e assistirem a uma política de recursos humanos que coloque a sua valorização pessoal e laboral como pontos centrais.

Assim, na elaboração do nosso próximo documento reivindicativo, teremos em consideração o estado atual da economia portuguesa, para o qual muito contribuiu o esforço dos trabalhadores da Administração Pública, numa evolução que se tem traduzido na divulgação sucessiva de indicadores favoráveis, nomeadamente quanto ao défice, com a saída do procedimento de défice excessivo, do crescimento económico, que está agora acima da média da União Europeia, da diminuição da taxa de desemprego e do crescimento do emprego.

Perante esta conjuntura, daremos desde logo especial relevância à política salarial a seguir, já no Orçamento do Estado para 2018.

AUMENTOS SALARIAIS EM 2018

Os salários e as pensões dos trabalhadores e dos aposentados da Administração Pública têm de ser atualizados já em 2018, sendo a nossa proposta nominal de 2,5%, valor que permitirá alguma recuperação do poder de compra perdido.

Sendo que, de acordo com o Plano de Estabilidade apresentado pelo Governo, a previsão da inflação acumulada entre 2017 e 2022 atingirá os 8,6%, **o SINTAP não aceitará que, conforme previsto no Plano, apenas em 2022 possam vir a ser consideradas atualizações salariais para os trabalhadores da Administração Pública, uma vez que isso conduziria à inaceitável continuidade do percurso de perda do seu poder de compra.**

(→)

INFORMAÇÃO SINDICAL



Consideramos também que **o aumento do salário mínimo para 2018 não deverá ser nunca inferior ao verificado em 2017**, e que é **urgente rever a Tabela Remuneratória Única de modo a que se restabeleça a diferença de cerca de 50 euros entre posições remuneratórias**, com especial atenção para as posições iniciais.

O SINTAP exige também que seja feita uma atualização das ajudas de custo e do subsídio de refeição que reflita os preços efetivamente praticados na hotelaria e restauração, sendo que, no caso do subsídio de refeição, **o SINTAP lutará no sentido da eliminação de qualquer taxação em sede de IRS, a qual terá início já no próximo mês de agosto.**

Quanto ao trabalho suplementar, não existe qualquer motivo que justifique que não seja reposta a normalidade e que o respetivo pagamento seja feito de acordo com a Lei nº 35/2014.

A atualização da remuneração complementar/subsídio de insularidade na Região Autónoma dos Açores e a reposição e atualização do subsídio de insularidade na Região Autónoma da Madeira são também matérias de incidência pecuniária direta que serão incluídas no próximo documento reivindicativo do SINTAP.

SERVIÇOS DEVEM ORÇAMENTAR PROGRESSÕES E PROMOÇÕES

Uma vez que está já assinado o compromisso negocial, devidamente calendarizado, que prevê o descongelamento das progressões e promoções nas carreiras da Administração Pública, **o SINTAP procurará obter todas as garantias de que os orçamentos dos diversos ministérios contemplarão as verbas necessárias para que esse descongelamento seja uma realidade já no início de 2018.**

NEGOCIAR MAIS

No próximo documento reivindicativo, o SINTAP dará também especial ênfase à necessidade de se proceder à **revisão do Acordo Coletivo de Carreiras Gerais e à negociação das carreiras não revistas e subsistentes**, bem como à **continuidade de aposta que tem vindo a ser feita na negociação coletiva setorial na Administração Pública, no setor empresarial público, na atividade empresarial local, nas IPSS e nas Misericórdias**, mantendo uma trajetória de aumento da sua dinâmica, uma vez que estão à vista e **falam por si os resultados que têm vindo a ser alcançados quando os sindicatos, sobretudo o SINTAP e os sindicatos que a integram, são chamados a assumir o seu papel de elo de transmissão entre a defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores, os empregadores públicos e o próprio Estado.**

FISCALIDADE JUSTA

As reivindicações mais imediatas do SINTAP incluirão também o desagramento da enorme e injusta carga fiscal a que os trabalhadores têm sido sujeitos nos últimos anos, o **aumento do número de escalões do IRS e o aumento das deduções à coleta a considerar em sede de IRS, no que diz respeito às despesas com a educação, com a saúde e com os cuidados continuados.**

APOSTA NA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

O SINTAP desenvolverá ações no sentido de que sejam **transferidas para a Autoridade para as Condições de Trabalho todas as competências no âmbito da prevenção e fiscalização da legislação em vigor relativa à segurança e saúde no trabalho**, dotando este organismo de todos os meios necessários para o cabal desempenho das suas funções e, desse modo, aumentar a prevenção e dar maior eficácia na reparação dos acidentes de trabalho.

DESPENALIZAÇÃO DAS CARREIRAS CONTRIBUTIVAS MAIS LONGAS

À semelhança do que está a suceder com as reformas da Segurança Social, **devem também ser tomadas medidas no sentido da revisão do Estatuto da Aposentação de modo a que seja aplicada à CGA a despenalização das mais longas carreiras contributivas da Administração Pública quando se trate de aposentação antecipada.**

Lisboa, 26 de maio de 2017